

Comitês Mundiais da SKF e Rolls-Royce

Representantes dos trabalhadores na SKF e Rolls-Royce participam de 11 a 13 de setembro de encontros mundiais para discutir assuntos interligados a trabalhadores nas empresas. Nas duas multinacionais existem comitês mundiais com a participação de representantes brasileiros, apoiados pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT.

Em Xangai (China), o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Cajamar (SP), Flávio Eugênio Maria, deve questionar a implantação muito restrita do acordo marco internacional, da SKF, em relação aos trabalhadores terceiros e fornecedores. 'O acordo com a Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas [FITIM], nós já temos. Agora, contamos com a boa vontade de todos os sindicalistas e a direção da empresa para avanços nas negociações', declara.



Para o encontro, está marcada uma reunião com o presidente da organização, Tom Johnston, e a vice-presidente mundial de recursos humanos da SKF, Eva Hanstotter. Os participantes também devem visitar as instalações na China, para conhecer programas de formação dos Sindicatos suecos.

Sindicalistas de diversos países também discutem situações específicas de suas respectivas unidades, como convênios; acordos coletivos, fábricas e setores; convenções coletivas; e informes gerais. 'A flexibilização dos direitos trabalhistas também está em pauta', afirma o dirigente.

A SKF possui em alguns países uma espécie de acordo comercial, que produz e troca tecnologias com empresas - denominado 'joint venture'. Nos EUA, há a Timken, que funciona ao lado da fábrica. No Brasil, a ICS. Nestas unidades, os trabalhadores têm outros benefícios e salários.

'A luta é que a SKF cumpra o acordo de forma que favoreça os cerca de 900 trabalhadores', diz o secretário de organização da CNM/CUT, Valter Sanches.

Rolls-Royce

Se para a categoria na sueca SKF há reivindicações diversas, na inglesa Rolls-Royce a grande demanda é: um acordo marco internacional, assinado com a FITIM. Para o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rogério Fernandes, 'a empresa está resistindo, porque quer fazer um código unilateral'.

Durante o encontro, o conselho global - com representantes do Reino Unido, EUA, Brasil, Finlândia, Alemanha, Canadá, Polônia, Cingapura e Dinamarca - reúne-se em Derby, na Inglaterra, para definir novas estratégias de negociação. 'Vamos levar os encaminhamentos ao comitê executivo, para que haja novo posicionamento pela empresa', diz Fernandes.

Uma reunião já está marcada com o chefe mundial da multinacional, John Rose, e diretores responsáveis pelo setor de recursos humanos da empresa.

Outra grande questão é quanto a terceirização dos trabalhadores. 'A intenção é mostrar que, caso tenha qualquer problema com terceiros, a empresa vai ser co-responsável por tudo', diz o metalúrgico. 'Nossa primeira opção é o acordo marco. Caso resista, vamos reivindicar para que

a Rolls-Royce mude a política da multinacional, adotando cláusulas para obrigar empresas terceirizadas a cumprir todas as medidas'.

Para Sanches, sem o acordo, nenhuma medida funciona. 'Quem precisa disso são os países de terceiro mundo. Como podemos obrigar uma multinacional, com cerca de 300 trabalhadores no Brasil, a cumprir determinada ação se não foi feito um acordo legal?', questiona.

A CNM/CUT está em processo de construção de redes em 28 empresas. No Brasil, há apenas uma fábrica da SKF, em Cajamar, e da Rolls-Royce, em São Bernardo do Campo; ambas em São Paulo.

Encontro

Nos próximos dias 26 e 27 de setembro, acontece em Frankfurt, na Alemanha, a conferência mundial da FITIM sobre o acordo marco internacional. A CNM/CUT participa com uma delegação de quatro pessoas. Todas as entidades e associações da FITIM discutirão como aprimorar e implementar os acordos e negociar outras questões. (Cinthia Fanin, Assessora de imprensa da CNM/CUT)

Rússia : Sindicato Automotivo busca reconhecimento

Os trabalhadores da GM na Rússia buscam o reconhecimento de seu sindicato e precisam da sua solidariedade.

Em 28 de julho um grupo de trabalhadores da GM-Avtovaz (uma empresa de propriedade da GM. do Banco Europeu para Reconstrução e o Desenvolvimento (EBRD) e da maior montadora russa, a AvtoVAZ, reuniu-se e fundou um sindicato independente na empresa. O seu objetivo era dar uma voz para os trabalhadores no local de trabalho e representar os seus interesses em negociações com os patrões por salários dignos e condições de segurança para o trabalho.

O salário de um trabalhador na fábrica começa no valor de \$1,25 US\$ por hora (cerca de R\$ 2,80) , um valor insuficiente para uma existência digna. Como não havia sindicatos na fábrica, os salários - e outras importantes questões no local de trabalho, estavam à mercê da vontade do empregador. Nunca houve um acordo coletivo na fábrica ou qualquer esquema de representação mínima dos trabalhadores na tomada de decisões na fábrica.

Duas semanas depois da assembleia de fundação e em concordância com a legislação russa, os trabalhadores comunicaram à empresa a criação do sindicato, informando os nomes de cinco dos diretores, inclusive o presidente. Eles informaram os trabalhadores através de folhetos na porta da fábrica e através de correio eletrônico.

A reação da administração da fábrica foi "rápida e rasteira" : no dia seguinte, o telefone e o e-mail do presidente do sindicato Andrei Liapin, foram desligados por ordem da gerência. E três ativistas do sindicato foram completamente revistados na entrada da fábrica por três dias seguidos sem qualquer explicação.

Neste momento, dois ativistas estão "temporariamente" afastados à revelia de suas funções. Um engenheiro foi colocado numa linha de montagem como integrante da mesma . Ao mesmo tempo a direção da fábrica esta ignorando os pedidos do sindicato para discutir os problemas dos trabalhadores.

A posição oficial da direção da empresa é de que "ela não reconhece o sindicato porque ele não tem um registro como uma entidade legal" . Uma alegação mentirosa e claramente ilegal que significa simplesmente uma desculpa para não aceitar representantes dos trabalhadores como parceiros para uma negociação.

Cabe reiterar que estamos falando não de uma obscura empresa russa, mas da maior montadora do país e da General Motors, que é a maior montadora do mundo.

Para mandar o seu protesto e a sua solidariedade acesse o seguinte endereço:

http://www.labourstart.org/cgi-bin/solidarityforever/show_campaign.cgi?c=143

Dia de Luta na Toyota

A CNM / CUT participou no dia 12 de setembro último, juntamente com dezenas de sindicatos no mundo inteiro, do Dia de Luta em Solidariedade aos Trabalhadores da Toyota das Filipinas . Foram enviadas dezenas de cartas de protesto e realizadas inúmeras manifestações em embaixadas e consulados do Japão.

Em Defesa da Convivência Internacional Pacífica

Manifesto em Defesa da Convivência Internacional Pacífica

Emir Sader - Carta Maior

Em uma reunião realizada sábado (15), o Instituto de Cultura Árabe aprovou um documento intitulado “Manifesto em Defesa da Convivência Internacional Pacífica e dos Direitos Sociais Humanos”, que se posiciona diante dos recentes acontecimentos no Oriente Médio. O texto defende que o governo brasileiro defenda o fim imediato dos ataques do exército israelense contra o Líbano e a instauração de negociações diplomáticas para a solução dos conflitos na região. O documento é endereçado ao presidente da República, ao ministro das Relações Exteriores, aos embaixadores dos países com representação diplomática no Brasil e aos candidatos à presidência da República nas eleições de 2006. Veja a íntegra do manifesto:

Em relação aos recentes acontecimentos no Oriente Médio, consideramos essencial que o governo brasileiro, representante de um Estado considerado democrático e de direito, registre, publica e imediatamente, os seguintes pontos e diretrizes de ação política:

1. Cessação imediata dos ataques do exército israelense ao Líbano, que constituem violação inaceitável da soberania e integridade do povo libanês e que já mataram e continuam ameaçando a vida de cidadãos brasileiros no território libanês;
2. Instauração imediata de negociações diplomáticas para solução de eventuais conflitos;
3. Que o governo de Israel e seus aliados respeitem as regras básicas da convivência internacional pacífica e as normas e leis internacionais vigentes, em particular o cumprimento das resoluções da ONU acerca das relações e divisões territoriais entre Israel e os estados árabes no Oriente Médio;
4. Reconhecimento por parte do governo de Israel da soberania da Autoridade Palestina, democraticamente eleita pelos palestinos, incluindo a retirada dos territórios ocupados e o repasse imediato da totalidade de impostos e transferências financeiras e orçamentárias devidas à Autoridade Palestina;
5. Ação efetiva e duradoura do governo brasileiro para que todos os atores comerciais, financeiros e políticos internacionais respeitem (garantam) e promovam, em particular no Oriente Médio, o exercício de direitos sociais inalienáveis como Liberdade de Expressão e Organização, Saúde, Higiene, Educação, Habitação e Condições Dignas de Vida e Trabalho;
6. Propor, através de seus representantes na ONU, resolução plenária da entidade cujo conteúdo reflita os pontos (1) a (5) indicados acima;
7. Subordinar a participação brasileira em eventuais acordos comerciais à promoção do cumprimento dos pontos (1) a (5) acima.

Os desertores dos EUA

Osmar Freitas Jr.

Mais de cinco mil soldados americanos se recusam a ir para guerras e buscam refúgio em países como o Canadá

Os EUA têm serviço militar voluntário: desde 1973 nenhum cidadão americano é obrigado a lutar por seu país. As vantagens de quem se alista são várias: bolsa de estudo, treinamento em carreira técnica e seguro-saúde para o resto da vida. “Todos os soldados que estão no Iraque, no Afeganistão ou em outras frentes onde as Forças Armadas mantêm presença optaram de livre e espontânea vontade por servir à pátria”, diz a tenente-coronel Ellen Krenke, porta-voz do Pentágono. Mas, se o soldado desertar, ele será julgado por uma corte marcial. Na guerra do Iraque, uma tropa com cerca de 5,5 mil supostos guerreiros está correndo da briga. Isso é mais que o dobro de mortos na guerra do Golfo ou o equivalente a uma brigada.

E, com a oposição à guerra entrando na casa dos 62%, os incentivos para o adeus às armas ficam ainda maiores.

Um ato que antigamente era considerado covardia, o chamado “AWOL” (Absent Without Leave ou, em tradução livre, ausente sem licença), tem merecido simpatia dos americanos. Muitos jovens que se recusam a lutar já foram combater no Iraque e estão sendo chamados para novos combates. Traumatizados, eles ainda estão desiludidos com as causas da invasão, sem ter a definição exata de sua missão. Além disso, viram suas famílias entrar em falência financeira, moral e social. “Como se pode exigir que uma pessoa nessas condições faça tantos sacrifícios?”, pergunta o coronel Alfred Warren, do grupo Veteranos Pela Paz. Ele foi um dos acompanhantes do sargento Ricky Clousing que desertou há um ano e no dia 6 de agosto se entregou às autoridades no Forte Lewis, no Estado de Washington.

“Eu não fugi da luta, pois estive no Iraque durante 18 meses. Também não estou alegando oposição a todas as guerras, porque aquelas feitas em autodefesa são aceitáveis. Sou contra a guerra do Iraque, porque vi nas ruas de Bagdá e de Mossul as atrocidades que estão sendo cometidas. Fui interrogado em um centro de detenção onde até crianças de 12 anos foram torturadas e mortas”, disse

Clousing. O sargento, que agora aguarda julgamento pela corte marcial, ficou um ano foragido. Parte desse tempo ele passou no Canadá, país com tradição em receber desertores americanos.

Depois de uma licença de um mês, a recruta Suzanne Swift, da 54ª Companhia de Polícia Militar, deveria ter se apresentado no Forte Lewis. Mas seu carro a levou ao Canadá. Suzanne diz que diversas vezes sofreu abusos sexuais, humilhações e assédios durante o período em que envergou a farda. “Quando reclamei aos meus superiores, eles não tomaram conhecimento e me mandaram de volta ao posto”, diz ela. “Essa recruta era policial militar. Estava armada. Por que não usou sua arma?”, pergunta o coronel Jeremy Roberts, um dos porta-vozes da Reserva Guarda Nacional, onde Suzanne se alistou. “O que eu deveria fazer? Matar um agressor e depois enfrentar um pelotão de fuzilamento?”, indaga Suzanne. Até agora, cerca de 150 mil americanas já foram para guerras. As queixas contra agressões sexuais continuam e casos de estupro levaram moças a pedir dispensa e buscar tratamento psicológico no Hospital de Veteranos.

Durante a guerra do Vietnã, o Pentágono estima que cerca de 500 mil soldados desertaram. Naquela época, o Canadá, que considerava a deserção exílio político, recebeu cerca de dez mil. Hoje o governo canadense recusa exílios porque os soldados são voluntários. Mas a objeção por motivos de consciência ainda continua com o mesmo valor dos anos 60 e 70. “Uma pessoa que foi voluntariamente para um serviço pode aprender que aquela tarefa é contrária à sua consciência”, diz Gerry Condon, que lutou no Vietnã. Condon hoje comanda, em Vancouver, um dos grupos de socorro a desertores americanos. “Atualmente, temos cerca de 200 pessoas apelando da decisão do governo canadense em recusar exílio. São todos veteranos do Iraque e Afeganistão. A maioria tem família para sustentar. Atualmente, 62% das famílias de homens alistados estão falidas economicamente”, diz Condon.

Muitas pessoas optam pela deserção por problemas concretos. Falência econômica na família é um exemplo disso. Violência sexual, e que não ocorre apenas com mulheres, é outro item nessa categoria. Mas existem também os motivos impalpáveis, como a questão da objeção de consciência. Muitos daqueles que se alistaram voluntariamente acabaram verificando que a invasão do Iraque não foi conduzida pelas razões que se pensava e a condução da ocupação vai contra os princípios que os americanos respeitam. “As pessoas podem mudar de opinião depois de experimentarem uma situação real”, diz o coronel Alfred Warren. Ou seja: para muitos soldados não falta coragem, sobra consciência. *(Isto é nº 1925 , 13.09.2006)*